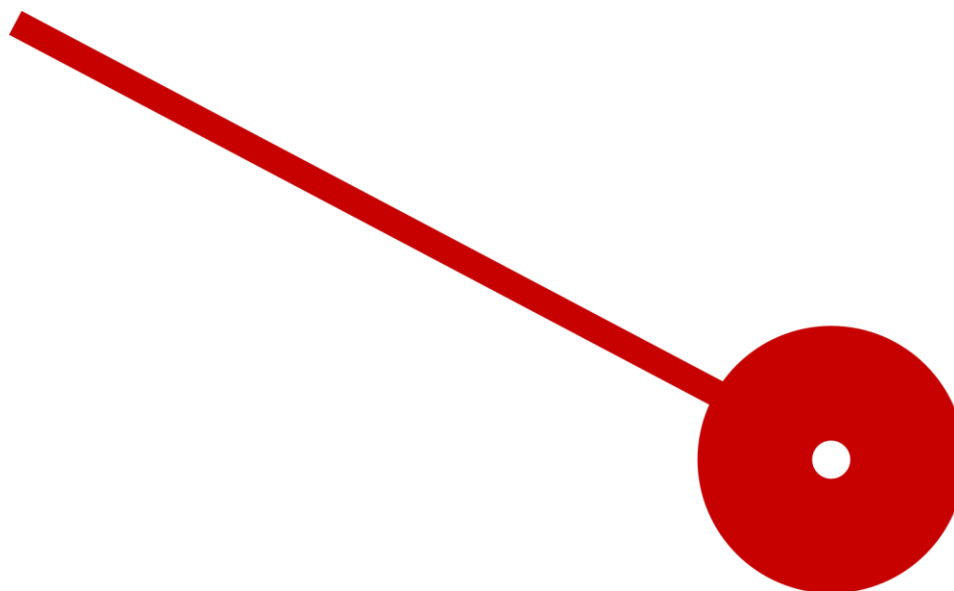


INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

Relatório de Estágio na Câmara
Municipal de Valongo
Marcelo Fernando Mota Silva

10/2022



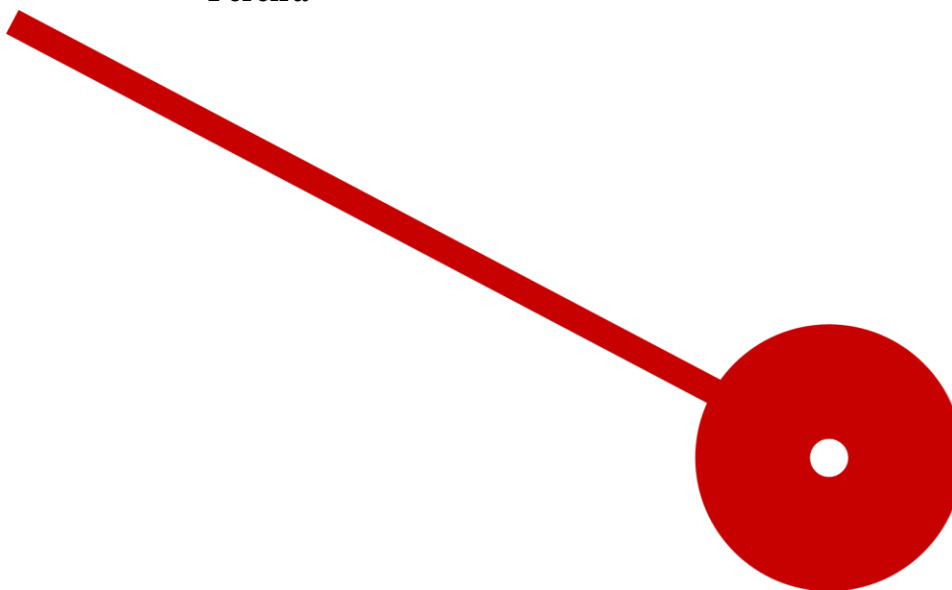
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M —
MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

Relatório de Estágio na Câmara Municipal de Valongo

Marcelo Fernando Mota Silva

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação do Professor Doutor Mário Joel Matos Veiga de Oliveira Queirós e Professor Doutor Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira



Agradecimentos:

À minha família, por todo o apoio incondicional dado durante todo o meu percurso académico.

Agradeço, também, aos meus orientadores Professor Doutor Mário Joel Veiga de Oliveira Queirós e Professor Doutor Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira pelo apoio, disponibilidade e supervisão deste trabalho.

Ainda um eterno agradecimento à orientadora do estágio, a Dra. Telma Maia, pelo interesse demonstrado e pelo apoio prestado durante todo o estágio e, também, pela orientação dada para a execução deste trabalho.

Eternamente agradecido,

Resumo:

A contabilidade tem-se mostrado, cada vez mais, uma ferramenta imprescindível para o funcionamento de qualquer entidade, seja no setor privado ou público.

Uma entidade pública, tendo por obrigação prestar contas aos cidadãos e a todas as entidades relacionadas com a mesma, precisam de ser o mais transparente possível.

Para alcançar esta dita transparência é necessário seguir regras e, desta forma, existiram várias alterações na contabilidade pública em Portugal. Surgiu o Plano Oficial de Contabilidade para o Setor Público com o objetivo de responder às exigências do relato financeiro.

Noutra instância surge o SNC-AP com o objetivo de colmatar todas as dificuldades encontradas até então.

Em suma, surgiu o interesse pela contabilidade pública e por conhecer a realidade laboral de uma entidade pública. Para este efeito é realizado um estágio curricular na Câmara Municipal de Valongo de forma a absorver toda a realidade da contabilidade pública tanto a nível profissional como a nível académico.

Palavras-chave: Contabilidade Pública; SNC-AP; POCP Administração Pública.

Abstract:

Accounting has increasingly shown itself to be an essential tool for the functioning of any entity, whether in the private or public sector.

A public entity, having an obligation to be accountable to citizens and all entities related to it, needs to be as transparent as possible.

To achieve this so-called transparency, it is necessary to follow rules and, therefore, there have been several changes in public accounting in Portugal. The Official Accounting Plan for the Public Sector was created with the objective of responding to the requirements of financial reporting.

In another instance, the SNC-AP appears with the aim of overcoming all the difficulties encountered so far.

In short, there was an interest in public accounting and in knowing the working reality of a public entity. For this purpose, a curricular internship is carried out at the Municipality of Valongo to absorb all the reality of public accounting both at a professional and academic level.

Keywords: Public Accounting, SNC-AP, POCP, Public Administration

Índice Geral

Índice de Figuras.....	vii
Lista de Siglas e Abreviaturas	viii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA.....	3
Nova Gestão Pública.....	3
Setor Público em Portugal	3
Administração Pública em Portugal: Poder Local	3
Finanças Públicas	4
Contabilidade Pública	5
Prestação de Contas	10
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	11
CAPÍTULO IV – PLANO DE ESTÁGIO/ ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	14
Tarefas Desenvolvidas	15
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	25
Referências Bibliográficas.....	27
ANEXOS.....	30

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma da Câmara Municipal de Valongo	12
Figura 2 - Excel de Acréscimos e Diferimentos	17
Figura 3 - Excel da Monitorização da Receita	18
Figura 4 - Excel da monitorização dos empréstimos de médio e longo prazo	19

Lista de Siglas e Abreviaturas

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

A contabilidade pública, nos últimos tempos, tem sofrido várias alterações de forma que se tornasse uma ferramenta imprescindível no funcionamento de qualquer entidade pública.

A aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) a 3 de setembro de 1997 pelo DL n° 232/97 veio trazer um novo ar à contabilidade praticada nas entidades públicas integrando a contabilidade orçamental, analítica e patrimonial. Mais tarde, surge o SNC-AP com o intuito de tornar a informação contabilísticas mais fidedigna e colmatar todas as lacunas encontradas até então.

Foi realizado um estágio na Câmara Municipal de Valongo onde estivemos ativamente envolvidos com a contabilidade pública. Realizamos tarefas em módulos das diferentes contabilidades (orçamental, analítica e financeira), sempre enquadráveis no âmbito de estudos do Mestrado em Contabilidade e Finanças, o que nos proporcionou uma grande aprendizagem nestas vertentes.

Motivação

A realização deste trabalho e deste estágio nasce com o desejo de compreender a realidade laboral de uma entidade pública e perceber toda a dinâmica da contabilidade pública.

Objetivo

Este relatório de estágio tem como objetivos principais compreender a realidade laboral e adquirir experiência profissional nas áreas do mestrado. Este trabalho pretende expor as atividades desempenhadas nas áreas de contabilidade e finanças, em contexto de trabalho, colocando em prática os conhecimentos adquiridos no mestrado.

A nível teórico, realizar um enquadramento teórico sobre a entidade e os temas que sejam inerentes às tarefas desenvolvidas. Também descrever como é que as atividades foram desenvolvidas e contributo que foi retirado das mesmas, tanto a nível pessoal para como para a entidade.

Estrutura

Este relatório encontra-se dividido em quatro capítulos: Revisão de literatura, Caracterização da entidade, Plano de estágio/Atividades desenvolvido e, por fim, as conclusões retiradas e sugestões.

No primeiro capítulo é feita uma revisão de literatura acerca dos temas inerentes às tarefas desenvolvidas durante todo o estágio. Falamos desde a Administração Pública até à Contabilidade Pública e a sua evolução em Portugal. Esta revisão permite esclarecer de forma sintetizada os temas relativos a este trabalho.

No segundo capítulo é feita uma breve caracterização do concelho de Valongo, da Câmara Municipal de Valongo e do departamento onde estivemos inseridos.

No terceiro capítulo descrevemos de forma detalhada as tarefas realizadas durante o nosso estágio

Por fim, no último capítulo são retiradas conclusões e feitas sugestões.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

Nova Gestão Pública

Segundo Rodrigues e Araújo (2005), a concepção de Estado tem vindo a modificar-se ao longo dos tempos e novos modelos de Gestão Pública têm sido associados a essas modificações. Esses modelos podem ser divididos, segundo Almeida (2017), em dois grandes modelos: o modelo até início do século XX, onde o Estado se caracteriza pela intervenção mínima na sociedade e na vida económica (Estado Liberal) e, após a segunda Guerra Mundial, onde o Estado passa a intervir na sociedade e na vida económica (Estado de Bem-Estar). A Nova Gestão Pública (NGP) consiste em adaptar os instrumentos da gestão privada para a gestão pública de forma haver melhoria da prestação de serviços aos cidadãos, (Rodrigues e Araújo, 2005).

Setor Público em Portugal

“O Sector Público é o conjunto de actividades económicas de qualquer natureza exercidas por entidades públicas, sendo estas, o próprio Estado, associações e instituições públicas. Divide-se em Sector Público Administrativo (SPA) (actividade económica própria do Estado e outras entidades públicas não lucrativas que desempenham uma actividade pública segundo critérios não empresariais) e Sector Empresarial do Estado (SEE) (actividades dominadas exclusivamente por critérios económicos: produção de bens e serviços com o fim de gerar excedentes - «lucros» - dos proveitos sobre os custos)” (Franco, 1988, p. 140).

Assim, as organizações do setor público têm a responsabilidade de fornecer serviços públicos, dentro de um ambiente dinâmico com restrições orçamentais (Felicio, Samgaio & Rodrigues, 2021).

Administração Pública em Portugal: Poder Local

“Há três modelos de Administração Pública nos nossos dias: o tradicional ou burocrático, o liberal ou de menor Estado e o do novo serviço público ou do Estado parceiro do cidadão. O modelo tradicional contrapõe leis e procedimentos administrativos a valores e a pessoas em concreto, separa políticos e administradores públicos, afirma-se pela

racionalidade do «homem administrativo». O modelo liberal é desestatizante, desregulador, centrado numa Administração Pública mínima, submetida ao rigoroso controlo político, afirma-se pela racionalidade do «homem económico». O modelo do novo serviço público parte do modelo tradicional e fá-lo evoluir integrando aspetos positivos posteriores; na dicotomia entre boa gestão pública ou boa democracia opta pela boa democracia, não descuidando a boa gestão (Bilhim, 2004, p.8)

As Autarquias locais estão em conformidade com o modelo do parceiro cidadão são parte da organização democrática do Estado, consagrada pela lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Antes do 25 de abril de 1974, as autarquias locais dependiam financeiramente do poder central devido à insuficiência de receitas próprias (Cerca, 2007).

A afirmação do poder local teve um incremento considerável após a Revolução de Abril. Esta fez com que se criassem condições necessárias para que as autarquias readquirissem o poder e a importância, até então, perdidas (Fernandes, 2017).

Finanças Públicas

Finanças públicas é um daqueles assuntos que se situam na fronteira entre economia e política. Preocupa-se com as receitas e despesas das coletividades públicas (Dalton, 2013). Podem então ser definidas como “a área do conhecimento científico que se refere à atividade económica dos entes públicos da mais variada natureza, ou titulares de interesses públicos, visando a afetação de recursos ou bens à satisfação das necessidades coletivas” (Catarino, 2019, p.23.). Os princípios das finanças públicas são a equidade intergeracional, planos de pensão subfinanciados e superfinanciados, estabilidade do orçamento operacional e prestação eficiente de serviços públicos (Bartholomew, Gold, Pirrs & Pollack, 2016).

Em suma, as finanças públicas definem a atividade económica de uma entidade pública, afetando bens à satisfação das necessidades coletivas (Marques, 2003).

Orçamento

O orçamento é considerado um dos instrumentos mais importantes do controlo de gestão (Jordan *et al.*, 2007).

Segundo Frow *et al.* (2010, p.445), o orçamento constitui “um imperativo organizacional, onde os custos podem ser controlados e o desempenho financeiro alcançado” Segundo Furtado (2009, p. 51), o orçamento surge como um “documento de quantificação dos valores éticos, a conta corrente da ponderação dos princípios constitucionais, o plano contabilístico da justiça social, o balanço das escolhas dramáticas por políticas públicas em um universo fechado de recursos financeiros escassos e limitados”.

A gestão orçamental é imprescindível na execução de atividades dos municípios (Plant, 2009).

Contabilidade Pública

Evolução da Contabilidade Pública

A contabilidade pública, de acordo com Marques (2003), define-se como “conjunto de normas e preceitos legais que orientam a efetivação e escrituração das receitas e despesas públicas”. De acordo com Gonçalves (2007), a contabilidade pública é um instrumento das finanças públicas e caracteriza-se com o registo manual e o uso do regime de caixa.

Portugal, sendo um país do Sul da Europa, apresenta algumas características particulares como a orientação para um sistema legal primado por lei, com rigidez da codificação de contas, o controlo formal de entradas e procedimentos, as estruturas organizacionais hierárquicas e os processos decisórios centralizados, atitudes autoritárias e paternalistas, estruturas fragmentadas e baixos níveis de comunicação, comuns numa burocracia tradicional (Araújo & Branco, 2009).

De acordo com Castro (2019) citando (Jorge, 2003; Pinho, 2014; Gonçalves et al., 2017), a história da contabilidade pública divide-se em quatro grandes períodos: antes de 1990, entre 1990 e 1997, de 1997 a 2015 e de 2015 até à atualidade.

Antes de 1990

No primeiro período (anos antecedentes a 1990) existia uma contabilidade pública puramente orçamental. Segundo Castro (2019), o objetivo desta contabilidade passava por servir o Governo, nomeadamente o cumprimento da lei e a execução do orçamento.

Entre 1990 e 1997

O segundo período (entre 1990 e 1997) diz respeito à implementação de três leis que vieram dinamizar a reforma da contabilidade pública.

O governo português tem vindo a preparar a reforma da contabilidade de exercício desde a aprovação da lei do regime de contabilidade pública (Lei n.º 8/1990) (Gomes, Fernandes & Carvalho, 2015).

A reforma da contabilidade pública ganha força quando surge a publicação da Lei das Bases da Contabilidade Pública a 20 de fevereiro de 1990, a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro e a Lei de enquadramento orçamental pela Lei 6/91 de 20 de fevereiro

A Lei das Bases da Contabilidade Pública assenta em três pilares: regime financeiro; controlo orçamental e contabilização das receitas e despesas.

Regime financeiro	Controlo orçamental	Contabilização das receitas e despesas
“... especificar diferentes autonomias que os serviços estão sujeitos, havendo por isso o regime geral - em que os serviços estão dotados apenas de autonomia administrativa - e o regime excepcional - em que os serviços que integram este regime gozam de autonomia administrativa e financeira.”	“... impor um maior controlo orçamental pelo que os serviços e organismos da Administração Central passam a estar regularmente sujeitos ao controlo de gestão orçamental.”	“...método de contabilização das despesas e receitas é realizado pelo método unigráfico, devendo ser organizado numa contabilidade analítica de forma a contribuir para uma melhor e mais eficiente gestão tal como uma melhor avaliação dos resultados da mesma”

Fonte: Vaz (2016).

A reforma continuou com a Lei de enquadramento orçamental que se afirmou como uma ferramenta essencial para a organização, apresentação, debate, aprovação, execução, fiscalização e controlo do Orçamento do Estado (Vaz, 2016). Esta lei afirmou-se como uma garantia para a realização destes princípios.

Entre 1997 e 2015

A aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) a 3 de setembro de 1997 pela DL n.º 232/97 marca a passagem do segundo período para o terceiro (de 1997 a 2015).

Visto a contabilidade pública tradicional ser baseada no regime de caixa, isto fazia com que se tornasse uma contabilidade limitada e que não correspondesse às necessidades dos utilizadores da informação (Fernandes et al, 2008). Desta forma nasce o POCP.

Segundo Carvalho (1997:301), o POCP “...é um plano oportuno dada a necessidade de uma homogeneização dentro da Administração Pública, independentemente de pequenas adaptações sobretudo a criação de sub-contas devido à existência de diversos setores da Administração Pública com funções muito específicas.”. O POCP passou a ser obrigatório para todas as entidades e organismos da administração central, regional e local (Vaz, 2016). A implementação do POCP permite, então, a integração da contabilidade orçamental (Classe 0), patrimonial (Classes 1 a 8) e analítica (Classe 9) numa contabilidade pública moderna. Admitindo assim uma melhor gestão das entidades.

Com a integração da contabilidade orçamental na contabilidade pública foi necessário manter uma distinção entre contabilização das operações orçamentais e a contabilização das mesmas a nível de reconhecimento de um direito ou obrigação (Vieira, 2008). Posto isto, para a execução da contabilidade orçamental utilizava-se a Classe 0 “Contas do controlo orçamental e de ordem” articulando-se com a contabilidade patrimonial por via da Classe 2 “Terceiros” (Vieira, 2008).

Em suma, a Classe 0 apenas destina-se à contabilização das operações orçamentais.

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

“A necessidade de um conhecimento exacto e total da composição do património autárquico exigiu o estabelecimento de um instrumento de enquadramento indispensável a um moderno sistema de contas para as autarquias locais e que contemplasse as entidades da Administração Local.” (Carvalho e Monteiro, 2000).

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro,

aprovou o sistema contabilístico das autarquias locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002.

O POCAL aplica-se às entidades que, por lei, estão sujeitas ao regime de contabilidade das autarquias locais.

Na prática, o POCAL é a adaptação das regras do POCP às Autarquias Locais (Bilhim, 2004).

Após 2015

Os resultados (ou a falta deles) resultantes da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública incentivaram a necessidade de criar um sistema contabilístico que colmatasse as dificuldades encontradas. Também era fundamental dispor de informações financeiras completas e detalhadas sobre o valor dos ativos, passivos, depreciação e resultado líquido para os utilizadores de relatórios financeiros no setor público, necessárias para a determinação do custo total do fornecimento de bens públicos e serviços e melhor avaliação do desempenho de políticos e gestores (Marques & Marques, 2021).

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Assim, surge o SNC-AP como objetivo de “resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes e permitir dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente têm sido adotados a nível internacional” (Vaz, 2016, p.19). A aprovação do SNC-AP, na contabilidade e reporte financeiro das administrações públicas, possibilita a implementação de um regime de acréscimo, articulado com o atual regime de caixa modificado, estabelecendo bases para o orçamento de estado (Marques, 2018). Isto promove a harmonização, através da preparação de demonstrações orçamentais e financeiras numa base consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, e contribuindo para colmatar as necessidades dos utilizadores do sistema de informação contabilística e orçamental e o reporte financeiro das administrações públicas (Marques, 2018).

O SNC-AP surge com o Decreto-Lei 192/2015 e este revela aquilo que o SNC-AP permite:

- Implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada;
- Estabelecer os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base de acréscimo e fomentar a harmonização contabilística;
- Institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada;
- Aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais;
- Contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas;
- Uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial e das entidades do setor não lucrativo.

A implementação começou com um projeto de entidades piloto que tinha como objetivo supervisionar e acompanhar o processo de implementação de modo a denotar falhas e limitações de forma a definir estratégias para assegurar o sucesso da transição (Gomes & Carvalho, 2015).

Relativamente a algumas vantagens inerentes à adoção do SNC-AP, Carvalho e Carreira (2016) contribuem neste sentido afirmando que este novo sistema de contabilidade facilita o tratamento e divulgação da informação contabilística, com a adoção de uma estrutura conceptual e alterações nos modelos das demonstrações de execução orçamental e das demonstrações financeiras. Referem também que a adoção do SNC-AP facilita a consolidação de contas.

Almeida (2017) refere que o governo português através do SNC-AP procurou implementar um sistema contabilístico mais transparente.

Contabilidade Orçamental

"A contabilidade orçamental é o sistema contabilístico que tem como objectivo principal o registo e o controlo do orçamento, das despesas e das receitas" (Ferreira, 2013, p.20, com base em Carvalho et al., 1999).

A contabilidade orçamental tem por objetivo fundamental o acompanhamento do Orçamento do Estado (Pinto, Santos & Melo, 2013). Carvalho, Silveira, Caiado & Simões

(2017) acrescentam que a contabilidade orçamental passa por informar os *stakeholders* ou outros utilizadores da informação contabilística do orçamento da receita e despesa.

Prestação de Contas

Um dos deveres de uma entidade pública é prestar contas perante a população que serve e perante um órgão julgador. O Tribunal de Contas é esse mesmo órgão julgador (Marques, 2003).

Assim, todas as entidades gestoras de dinheiros ou fundos públicos devem prestar contas durante o seu exercício de funções (Marques, 2003).

No final do exercício há que elaborar um documento que resuma toda a sua atividade financeira (Bernardes, 2003).

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Concelho de Valongo

De forma a contextualizar a entidade iremos caracterizar, de forma breve, o concelho de Valongo e, posteriormente, a Câmara Municipal de Valongo e o departamento onde foi realizado o estágio.

A criação do concelho de Valongo remonta ao ano de 1836 e ocorre no contexto da reforma administrativa do País, compreendida no reinado de D. Maria II. No entanto, a ocupação humana desta região é muito anterior à romanização.

O concelho de Valongo integra a Área Metropolitana do Porto e é constituído pelas freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo.

Tem uma área de 75,12km² e uma população de 94 759 habitantes. Faz fronteiras com os municípios de Santo Tirso, Paços de Ferreira, Paredes, Gondomar e Maia.

Câmara Municipal de Valongo

A Câmara Municipal é responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município. O presidente da Câmara Municipal é o Dr. José Manuel Pereira Ribeiro e ocupa o primeiro posto da hierarquia organizacional.

Como órgão executivo, a Câmara Municipal é responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município

A entidade é composta por várias divisões sendo elas responsáveis por diferentes funções como é possível observar na figura 1.

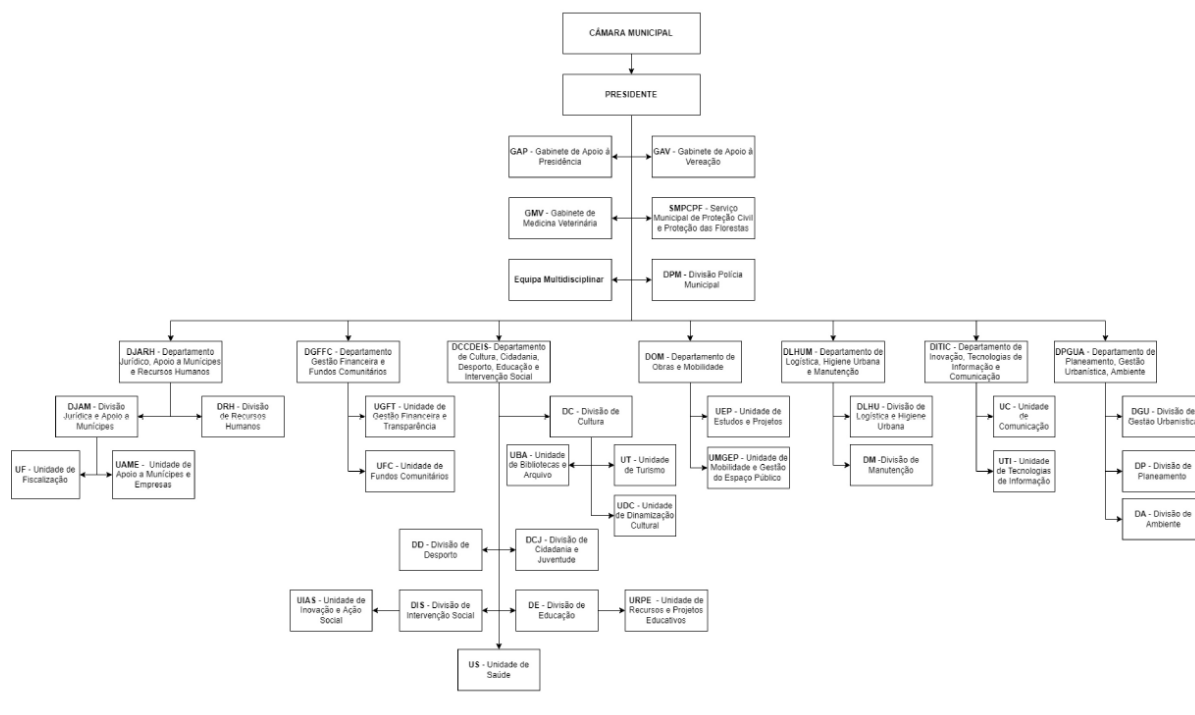


Figura 1 - Organograma da Câmara Municipal de Valongo
Fonte: autoria própria

O estágio foi realizado no Departamento de Gestão Financeira e Fundos Comunitários e este tem como objetivo garantir o cumprimento das linhas estratégicas de gestão financeira e orçamental bem como a valorização e rentabilização do património municipal. E ainda, estudar, planear e propor medidas e programas de financiamento, nomeadamente comunitários, e assegurar a gestão das respetivas candidaturas, contratualização e execução.

São confiadas a este departamento as seguintes competências:

- Recolher e tratar os elementos necessários à elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, assim como as suas revisões e alterações, assegurando a racionalização das dotações relativas às despesas de funcionamento;
- Recolher e tratar os elementos necessários à elaboração dos Documentos de Prestação de Contas e do Relatório de Gestão;
- Remeter aos organismos centrais e regionais cópias dos documentos enumerados nos parágrafos anteriores e outros elementos determinados por lei;
- Elaborar estudos de natureza económico-financeira que fundamentem decisões relativas a operações de crédito;
- Organizar e controlar os processos de empréstimos a curto, médio e longo prazo;

- Acompanhar a evolução dos limites da capacidade de endividamento, controlando a liquidação dos encargos da dívida;
- Acompanhar e garantir a execução financeira do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e tratar a informação contida no sistema contabilístico, analisando periodicamente os desvios apurados relativamente aos documentos previsionais;
- Acompanhar a execução financeira de protocolos, contratos programa e candidaturas a fundos comunitários ou nacionais de apoio e assegurar organização dos dossiês financeiros respetivos;
- Elaborar estudos, análises e informações de âmbito económico e financeiro, propondo medidas que obstem os desequilíbrios na execução do Orçamento;
- Elaborar relatórios de gestão e relatórios trimestrais da atividade financeira e definir rácios de gestão e de avaliação económico-financeira;
- Implementar e monitorizar o sistema de análise de custos;
- Proceder à organização do arquivo de processos de natureza financeira, em conformidade com as normas legais aplicáveis.
- Avaliar o grau de eficiência e economicidade das despesas municipais;
- Avaliar o grau de eficiência e eficácia na recolha de receitas municipais.
- Promover a elaboração e monitorizar a implementação de iniciativas para a transparência que correspondam a necessidades identificadas pelos próprios cidadãos, promovendo a disponibilização pública de informação;
- Exercer as demais funções e competências que lhe forem superiormente cometidas.

CAPÍTULO IV – PLANO DE ESTÁGIO/ ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O estágio, realizado entre janeiro e maio de 2022, versou sobre as seguintes tarefas:

- Conferência de contas e de lançamentos relativos a impostos municipais (IVA, IUC, IMI, IMT, derrama).

- Trabalhos preparatórios e elaboração de mapas para Relatório e Contas Municipal (Separadas e Consolidadas):

DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS:

- Demonstrações Financeiras (Balanço, demonstração dos resultados por natureza, demonstração das alterações do património líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e anexos às DFs);

- Demonstrações Orçamentais (Demonstração de desempenho orçamental, demonstração de execução orçamental de receita, da despesa e das grandes opções do plano).

RELATÓRIO DE GESTÃO:

- Mapas de análise da situação financeira;

- Mapas de análise da estrutura e execução da receita e da despesa (comparativos e evolutivos).

- Monitorização mensal da execução do orçamento da receita

- Monitorização dos empréstimos de médio e longo prazo (conferência do lançamento e acompanhamento da evolução do serviço da dívida)

- Especialização de gastos e rendimentos:

- Subsídio de férias e mês de férias;

- Impostos (IMI e Derrama);

- Juros de empréstimos a mlp;

- Subsídios para investimentos;

- Despesas e receitas relativas a gastos e rendimentos de outros anos

- Lançamento de faturas diversas;

- Contabilidade de Gestão:

- Abertura de centros de custos e gestão do ficheiro de bens e serviços;

- Conferência da mão de obra recolhida no sistema de obras por administração direta e lançamento na contabilidade custos;

- Conferência das máquinas e viaturas recolhidas no sistema de obras por administração direta e lançamento na contabilidade custos;
- Análise da aplicação do custo/hora (mão de obra e máquinas) ao bens e serviços;
- Reconciliação de despesa e receita no módulo da Contabilidade Custos,
- Processo de organização de arquivo de documentos.

Tarefas Desenvolvidas

No primeiro dia do estágio após receção na empresa, apresentação das instalações e colegas de trabalho, reservamo-nos à leitura de documentos (Relatório e Contas e Orçamento e Grandes Opções do Plano) e à introdução do *software* utilizado (AIRC – Associação de Informática da Região Centro). Esta fase tornou-se importante a nível profissional pois permitiu-nos ter uma noção de todas as temáticas que iriam ser trabalhadas e das regras e normas a cumprir.

Numa primeira instância, foi-nos confiada a tarefa de conferência de contas e de lançamentos relativos a impostos municipais (IVA, IUC, IMI, IMT, derrama). Era feita uma conferência às contas correntes dos impostos acima mencionados de forma a encontrar lacunas e solucioná-las. Apesar de esta tarefa parecer ser simples, foi deveras importante pois permitiu-nos perceber a dinâmica de trabalho e, assim, conseguir habituarmo-nos a ela.

Desde cedo foram-nos confiadas duas tarefas a serem realizadas mensalmente:

Monitorização mensal da execução do orçamento da receita e a monitorização dos empréstimos de médio e longo prazo; e tarefas a serem realizadas quando necessárias: abertura de centros de custos e gestão do ficheiro de bens e serviços.

As tarefas a serem realizadas quando necessárias, diziam respeito à contabilidade de gestão existente na entidade. Através do *software* OAD (Obras por Administração Direta) era possível ter acesso a todos os centros de custos, referente a serviços e bens, existentes onde constavam todos os *inputs* associados a esse mesmo centro. Este *software* OAD (de contabilidade de gestão) estava interligado com o *software* SNC (de contabilidade orçamental e financeira) permitindo assim um melhor tratamento da informação.

Numa primeira instância, de modo a compreender a dinâmica da contabilidade de gestão na entidade, foi-nos proposta uma análise ao custo/hora aplicados aos bens e serviços existentes. Nesta análise constatamos algumas lacunas relativamente a bens e serviços que tinham um custo/hora elevadíssimo sem terem horas de utilização que justificasse estes

valores. Esta análise permitiu-nos perceber melhor a realidade da contabilidade de gestão numa entidade pública e, em específico, na entidade acolhedora. Esta tarefa revelou-se benéfica para a nossa aprendizagem e contribui para que nos fosse confiada a tarefa de abertura de centros de custos. Sempre que necessário era feita uma abertura de um centro de custo, no OAD, para um novo bem ou serviço e fazíamos a transição para o SNC, de modo que tudo esteja interligado e a informação seja o mais precisa possível.

Periodicamente, e ainda dentro da contabilidade de gestão, era feita uma gestão de ficheiro prevenindo centros de custos duplicados e eliminado aqueles que não iriam ser mais utilizados, permitindo assim que o ficheiro ficasse sempre atualizado.

A última tarefa relacionada com a contabilidade de gestão diz respeito à reconciliação da despesa e receita no módulo da Contabilidade Custos. Aquando do fecho do mês para a repartição de custos diretos e indiretos, este não era possível se existissem lançamentos que não estivessem integrados na contabilidade de gestão. Assim sendo, era necessário analisar esses mesmos lançamentos e definir o seu respetivo centro de custo.

De modo a termos contacto com a contabilidade financeira foi-nos proposta a realização da especialização de gastos e rendimentos. De acordo com o § 22 da Estrutura Conceptual o Regime do Acréscimo revela-nos que “... os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. “Para que seja possível cumprir o regime do acréscimo, estão contempladas, no plano de contas, as contas “272 – Devedores e credores por acréscimos” e “28 – Diferimentos”. A conta “272 – Devedores e Credores por Acréscimos” destina-se a permitir o registo dos acréscimos de rendimentos e de gastos e está subdividida em “2721 – Devedores por Acréscimos de Rendimentos” e “2722 – Credores por Acréscimos de Gastos”. A 2721 serve de contrapartida aos rendimentos a registar no próprio exercício cuja receita só venha a realizar-se em exercícios posteriores (ex. juros de financiamentos concedidos). A 2722 serve de contrapartida aos gastos a reconhecer no próprio exercício cuja receita só venha a ocorrer em exercícios posteriores (ex. encargos de instalações). A Conta “28 – Diferimentos” destina-se ao registo dos diferimentos de rendimentos e gastos e está subdividida em “281 – Gastos a reconhecer” e “282 – Rendimentos a reconhecer”. A conta 281 compreende os gastos que devem ser reconhecidos nos exercícios posteriores (ex. Rendas pagas por antecipação). A conta 282 destina-se ao registo de rendimentos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes (ex. Rendas recebidas por antecipação).

Considerando estes conceitos e a sua definição teórico-prática executamos a especialização dos gastos e rendimentos. Com a ajuda de um documento em Excel, onde constavam todos os gastos/rendimentos relacionados com acréscimos e rendimentos, era feita uma análise às contas onde estavam inseridos esses lançamentos e, após a análise era feita a respetiva especialização.

Por exemplo, em 2022 foram registadas entradas de receita relativamente aos acordos de execução de delegação de competências previstas no n.º 1 do art.º 132 da Lei 75/2013 de 12/9 referentes a dezembro e compensação dos membros das mesas relativamente às eleições para as Autarquias Locais de Setembro de 2021, como se pode constatar na imagem abaixo.

Entidade/Designação	Valor	2022			2021			
		Data	Conta Débito	Conta Crédito	Data	Conta Débito	Conta Crédito	
x	x	x	x	x	x	x	x	x
Freguesia de Alfena	18 211,09	17/01/2022	272299	60135	31/12/2021	60135	272299	
Freguesia de Campo/Sobrado	27 184,99	17/01/2022	272299	60135	31/12/2021	60135	272299	
Junta de Freguesia de Ermesinde	41 004,60	17/01/2022	272299	60135	31/12/2021	60135	272299	
Freguesia de Valongo	40 932,66	17/01/2022	272299	60135	31/12/2021	60135	272299	
Freguesia de Alfena	4 414,05	18/01/2022	272299	60135	31/12/2021	60135	272299	
Freguesia de Campo/Sobrado	4 933,35	18/01/2022	272299	60135	31/12/2021	60135	272299	
Freguesia de Valongo	7 789,50	18/01/2022	272299	60135	31/12/2021	60135	272299	156 621,86

Figura 2 - Excel de Acréscimos e Diferimentos
Fonte: autoria própria

A 17/01/2022 e 18/01/2022 debitou-se a conta “2722 – Credores por Acréscimos de Gastos” e creditou-se a conta de gastos específica. A especialização foi feita com um lançamento a 31/12/2021 fazendo o movimento contrário das duas contas.

Em suma, foi feita uma análise aos movimentos de acréscimos e diferimentos e feita a sua respetiva especialização.

Relativamente às tarefas realizadas mensalmente, a monitorização da execução do orçamento da Receita era feita com recurso ao *software* SNC da AIRC e ao Excel. Do *software* SNC era retirada uma posição da execução do orçamento da receita do mês anterior, como representado abaixo, e feito um registo no Excel, também representado abaixo, todos os meses, de forma a controlar a receita.

Classe Económica	Designação	Orçamento inicial 2022 dotação	Orçamento atual 2022 Dotação	Receita cobrada bruta (até maio)	A cobrar	Previsão anual corrigida 2021	Desvio previsto
0703	Rendias	910 800	910 800	350 039,14	494 167,84	844 206,98	-66 593,02
070301	Habitagões						
	Renda dos Empreendimentos PER (estava na classificação)	307 000	307 000	174 783,49	244 696,89	419 480,38	112 480,38
070302	Edifícios	600 000	600 000	173 668,25	247 248,59	420 916,84	-179 083,16
	Renda Águas Valongo :						
	Valor mensal para 2021: 25.522,07 306 272,40	307 000	307 000	86 943,86	107 296,49	194 240,35	-112 759,65
	Rendas dos lugares garagem Vallis Longus:	7 000	7 000	2 872,50	3 185,15	6 057,65	-942,35
	Spring (loja 9,10,11,12): 4 lug x 20,80l x 12	1 201,50		497,80	499,20		
	Vallis Habita: (lugar 20, 21) 2 lug x 26 x 12m	624,00		623,10	0,00		
	Café Vale Unidos (Lug 8): 20,80l	249,25		124,45	124,80		
	Carlos Paupério (Lugares 24,13,14): 20,80l x 3 x 12m	748,80		312,00	374,40		
	Copiabite (Loja 34): 1 lug x 20,80l x 12	249,25		124,45	124,80		
	Elisabete Rodrigues (lugar 32): 1 lug 20,80l	249,25		103,65	145,60		
	Cristina Dias (lugar 36): 1 lug - 15l	180,00		90,00	90,00		
	Manuel Morgado Silva (lugar 01): 1 lug - 15l	180,00		90,00	90,00		
	Declinda Soares (lugar 37): 1 lug - 15l	180,00		60,00	120,00		
	Cláudio Filipe Moreira Silva (lugar 16): 1 lug - 20,80l	249,25		0,00	249,60		
	Márcia Santos (lugar 35): 1 lug - 20,80l	249,25		83,20	145,60		
	Isabel Silva (lugar 17): 1 lug - 20,80l	249,25		0,00	249,60		
	Carla Bessa (lugar 33): 1 lug - 20,80l	249,25		124,80	124,80		
	Vânia Moura (lugar 4): 1 lug - 20,80l	249,25		0,00	145,60		
	Nádia Pacheco (lugar 15): 1 lug - 20,80l	249,25		124,80	124,80		
	Paula Navarro (lugar 22) - 20,80l	249,25		124,45	124,80		
	Dalila Branco (lugar 18) - 20,80l	249,25		124,45	125,15		
	António Paupério (lugar 19) - 20,80l	249,25		83,20	160,00		
	Raquel Coutinho (lugar 06) - 20,8l	249,60	6 306,25	41,60	166,40		
	José Manuel Ribeiro (lugar 17) - 46,85l - noturno	562,20		140,55	374,80		
	Outras rendas:	100 000	100 000	30 137,20	48 777,74	78 914,94	30 137,20
	Profival, Lda: (não tem IVA) 3.586,65 x 12 =	43 078,46	3 550,20	21 486,56	30 081,18		
	Exploração café Spring: 759,08 (cf iva) x 12 =	9 108,96		0,00	6 072,64		
	Exploração Parq Rest: 439,39 (cf iva) x 12 =	5 272,12		1 318,17	2 181,91		
	Lojas pas inferior Estação Ermesinde (Lojas nº 2) 76,17 l	914,04		380,85	228,51		
	Exploração bar Jardim Pampilheira 596,76 (cf iva) x 12 =	7 137,12		1 760,28	2 997,80		
	Exploração bar/esplanada Casa da Portagem: 339,08 x	4 031,04		1 017,24	1 670,12		
	Exploração cafetaria/ snack bar Parque Cidade 444,63 l	0,00		0,00	0,00		
	Exploração bar Santa Justa: 188,72 l (cf iva) x 12 =	2 264,32		566,16	937,12		
	Exploração bar Loja Cidadão 696,65l (cf iva)/mês	8 359,80		0,00	0,00		
	Exploração bar Esplanada Vila Beatriz: 1031,47 (cf iva)x	12 324,60	32 459,06	3 607,94	4 608,46		
	Rendas da Loja Cidadão de Valongo:	186 000	186 000	53 714,69	87 989,21	141 703,90	-44 296,10
	4587,74 (cf iva)	55 052,88	4 000,00	0,00	48 000,00	48 000,00	
	Instituto Registos e Notariado, I.P. Área: 250 m2 - 12x	3 140,00	2 250,00	49 500,00	27 000,00	76 500,00	
	Instituto da Segurança Social I.P. Área: 39,50 m2 - 12x	8 069,88	590,72	0,00	7 088,64	7 088,64	
	Avenças dos lugares do parque estacionamento - Edif.	5 225,00	99 487,76	4 214,69	5 900,57	10 115,26	
070399	Outras	3 800	3 800	1 587,40	2 222,36	3 809,76	9,76
	Hutchinson Porto Lda - Renda terreno parque estacion.	3 731,28		1 587,40	2 222,36		

Figura 3 - Excel da Monitorização da Receita
Fonte: autoria própria

O Excel era composto por 6 colunas:

- Orçamento inicial 2022: Dotações inicialmente inscritas no Orçamento;
- Orçamento atual 2022: Dotações atuais. Podem ter sofrido alterações;
- Receita cobrada: Receita cobrada até ao período em análise;
- A cobrar: Receita por cobrar até ao final do ano;
- Previsão anual: soma da receita cobrada e receita por cobrar;
- Desvio previsto: diferença entre orçamento atual e previsão anual.

Consoante os dados da posição da posição da receita, eram preenchidas as devidas colunas no Excel.

Certas rubricas requeriam um maior escrutínio da informação de forma a ser mais perceptível perceber a origem de receita. Na rubrica “0603010601 – Educação” tinha-se em atenção os encargos das instalações das escolas, as atividades e os apoios alimentares. Na rubrica “060306 – Estado – Particip. Communit. Projetos cofinanciados” ficavam evidenciadas as receitas provenientes de projetos específicos. Por fim, e representado na

figura 3, a rubrica “070302 – Edifícios” onde ficam especificadas as receitas provenientes dos vários edifícios do município.

A monitorização dos empréstimos de médio e longo prazo segue a mesma lógica da monitorização da receita. Através do *software* SNC é retirada uma conta corrente da “100603 – Socied. Financ.- Bancos e outras instit. Financeiras” e “030103 – Socied. Financ.- Bancos e outras instit. Financeiras”. A partir daí consultávamos o registo para identificar a que empréstimo a respetiva amortização e o juro correspondia. Finalizávamos preenchendo o Excel abaixo demonstrado.

FINALIDADE	ENTIDADE	CONTRATO			CAPITAL INICIAL	LIBERTAÇÃO DE CAPITAIS	ENC. FINANC. ACUMULADOS		CAPITAL EM DíVIDA
		Data início	Prazo (Anos)	Data fim			AMORTIZAÇÃO	JUROS	
Pavilhão Gimnodesportivo de Sobrado	Santander Totta	25/11/05	20	25/11/25	191 520,64	191 520,64	154 280,58	33 458,72	37 240,06
Pavilhão Gimnodesportivo de Campo	Santander Totta	25/11/05	20	26/11/25	267 847,17	267 719,67	215 765,80	46 538,21	51 953,87
Aquisição de 46 fogos, em Ermesinde	BPI	31/05/07	25	31/05/32	1 135 078,80	1 135 078,80	675 392,93	51 615,00	459 685,87
Construção Requalificação Ampliação Escolas	Decis Sabadell/BPI	07/08/08	15	07/08/23	2 485 920,00	2 485 920,00	2 246 889,25	122 194,48	239 030,75
Liquidação antecipada PAEL + parte EDP	BPI	07/06/18	20	07/06/38	11 000 000,00	10 412 632,63	1 952 379,90	230 784,36	8 460 312,73
Substituição dívida EDP	Caixa Crédito Agrícola	07/06/18	20	07/06/38	10 519 014,10	10 286 162,76	1 928 654,55	437 155,25	8 357 508,21
Empréstimo Inv Diversos (até 3.914.000,00)	CGD		20		3 914 000,00	1 132 465,14		1 257,16	1 132 465,14
Casa da Democracia Local	CGD		20		10 500 000,00	1 215 350,89		1 638,91	1 215 350,89
SubTotal (1)					42 507 370,20	29 620 900,02	9 667 352,50	1 672 462,84	19 953 547,52
Investimento/ PER (Rua 1ª de Maio)	CGD	07/10/96	26	07/10/22	385 076,96	385 076,96	367 419,64	82 918,74	17 657,32
Investimento/ PER (Serra Amarela)	CGD	28/05/97	25 A + 3 m	28/02/23	588 202,43	588 202,43	536 056,23	98 922,72	52 146,20
Investimento/ PER (Sampaio)	CGD	25/07/97	25 A + 11 m	25/06/23	1 226 953,04	1 198 461,71	1 092 296,36	198 267,26	106 165,35
Investimento/ PER (Ourela)	CGD	25/07/97	25 A + 11 m	26/06/23	993 131,55	942 937,52	839 118,97	156 208,62	103 818,55
Investimento/ PER (Baldeirão)	CGD	25/07/97	25 A + 11 m	27/06/23	1 381 685,14	1 349 397,95	1 200 723,99	231 227,10	148 673,96
Investimento/PER (S. Bartolomeu)	CGD	09/12/97	25 A + 3 m	09/03/23	643 952,08	643 952,08	601 311,22	89 080,59	42 640,86
Investimento/ PER (Barreiro de Cima)	CGD	09/12/97	25 A + 3 m	10/03/23	1 118 562,26	1 118 562,26	1 044 493,87	154 873,01	74 068,39
Investimento/ PER (P. António Vieira)	CGD	09/12/97	25 A + 3 m	11/03/23	802 881,06	802 881,06	749 716,35	111 106,79	53 164,71
Investimento/ PER (Balselhas)	CGD	09/12/97	25 A + 3 m	12/03/23	971 408,90	971 408,90	907 084,70	127 792,17	64 324,20
Investimento/ PER (Palmilheira)	CGD	09/12/97	25 A + 3 m	13/03/23	1 173 467,94	1 173 467,94	1 044 913,57	168 204,38	128 954,37
Investimento/ PER (Montez da Costa)	CGD	09/12/99	25 A + 3 m	14/03/23	687 128,02	687 128,02	626 663,33	96 675,69	60 464,69
Investimento/ PER (Galinheiro)	CGD	09/12/97	25 A + 3 m	15/03/23	798 639,28	798 639,28	745 755,42	110 482,15	52 883,86
SubTotal (2)					10 771 088,66	10 660 116,11	9 755 553,65	1 625 759,22	904 562,46
BEII - Mod. Req Espaço Público PER Balselhas	AD&C	27/08/20	15		45 587,04	30 391,36			30 391,36
BEII - Programa Munic. Acessibilidade p/ Todos (1ª F)	AD&C	27/08/20	15		101 116,85	67 411,24			67 411,24
BEII - Req. Reab Habitação Social PER Valado	AD&C	27/08/20	15		47 600,95	31 733,96			31 733,96
BEII - Req. Reab Habitação Social PER S. Bartolomeu	AD&C	27/08/20	15		40 987,50	27 325,00			27 325,00
BEII - Centro Serviços Parque das Serras do Porto	AD&C	27/08/20	15		166 871,85	111 247,90			111 247,90
BEII - Prog Incremento Infraest. Mobilidade Suave (1ª F)	AD&C	27/08/20	15		1 411 202,85	940 801,90			940 801,90
BEII - Implem. Prog. Circulação Pedonal Perím. ARU	AD&C	27/08/20	15		393 560,59	131 186,86			131 186,86
BEII - Requalificação Praça Machado dos Santos	AD&C	27/08/20	15		55 345,91	36 897,28			36 897,28
BEII - Requalif. Moderniz. Escola Básica Vallis Longus	AD&C	12/03/21	15		332 963,38	110 987,79			110 987,79
BEIII - Programa Munic. Acessibilidade p/ Todos (2ª F)	AD&C	12/03/21	15		216 640,60	72 213,53			72 213,53
BEIII - Req. Reab. Empreend Habitação Social PER Ourela	AD&C	12/03/21	15		125 780,13	41 926,71			41 926,71
BEIII - Via do Peregrino - 2ª fase	AD&C	12/03/21	15		161 769,25	53 923,08			53 923,08
BEIII - Qualificação Int e Ext Interfaces Ferroviários - 1ª fase	AD&C	12/03/21	15		118 620,86	39 540,29			39 540,29
BEIII - Escadaria Cuca Macuca	AD&C	12/03/21	15		198 116,23	66 038,74			66 038,74
BEIII - Espaço do Cidadão do Apeadeiro da CP do Susão	AD&C	12/03/21	15		35 750,00	11 916,67			11 916,67
SubTotal (3)					3 451 913,99	1 773 542,31	0,00	0,00	1 773 542,31
Total (3) = (1)+(2)					56 730 372,85	42 054 558,44	19 422 906,15	3 298 222,06	22 631 652,29

Figura 4 - Excel da monitorização dos empréstimos de médio e longo prazo
Fonte: autoria própria

Estes documentos e esta monitorização acabam por ser de extrema importância pois, posteriormente, são importantes para a elaboração do novo orçamento. Além de que ajudam a perceber a origem das receitas e identificar qualquer tipo de lacuna.

A maior parte das tarefas do estágio versou-se sobre o Relatório e Contas (separadas e consolidadas). Estivemos envolvidos desde o trabalho preparatório até à elaboração de mapas e também à submissão de toda a informação necessária no *site* do Tribunal de Contas.

O Relatório e Contas integra o conjunto dos documentos de prestação de contas e visa explicitar as demonstrações orçamentais e financeiras, bem como o desempenho da gestão na execução da estratégia da Autarquia, com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada das contas públicas, através de informação que seja útil e compreensível por partes dos diversos *stakeholders*.

O Relatório e Contas da entidade tem a seguinte estrutura:

- Relatório de Gestão: pretende avaliar a situação económica e financeira da Autarquia quanto ao investimento realizado, ao nível de endividamento e financiamento municipal, bem como no que concerne à análise das Demonstrações financeiras;

- Demonstrações Financeiras: contém o balanço, demonstração dos resultados por natureza, as alterações ao património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa;

- Demonstrações Orçamentais: inclui a demonstração do desempenho orçamental, demonstração da execução orçamental da receita e da despesa e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos (PPI);

- Outros documentos: encerra a prestação de contas com a documentação elaborada no âmbito do cumprimento da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e a listagem anual das subvenções públicas concedidas pela entidade em 2021.

Posto isto, estivemos ativamente envolvidos na elaboração deste documento. Nas demonstrações financeiras elaboramos os mapas do Balanço, Demonstração dos Resultados por natureza, Demonstração das Alterações do Património Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e anexos às DFs). Nas demonstrações orçamentais, elaboramos os mapas das Demonstração de Desempenho Orçamental, Demonstração de Execução Orçamental de Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano. Relativamente ao relatório de gestão elaboramos os mapas de análise da situação financeira e mapas de análise da estrutura e execução da receita e da despesa (comparativos e evolutivos).

De salientar que todos os mapas foram elaborados de raiz analisando o balancete extraído do *software* SNC. Usando os nossos conhecimentos contabilísticos e o nosso

espírito crítico e tendo em conta o extenso plano de contas multidimensional da entidade fomos analisando o balancete de modo a conseguir agrupar valores para preencher as demonstrações financeiras. Era feita sempre uma confrontação entre o mapa construído de raiz com o mapa extraído do *software*. Muitas vezes a confrontação era negativa no sentido em que os mapas divergiam na informação. Quando os mapas divergiam era necessário perceber quais as suas diferenças e proceder à sua resolução. Uma explicação para a divergência de informação dos mapas pode ser a parametrização das contas no *software*. O objetivo desta tarefa é aproximar as demonstrações financeiras o mais perto possível da realidade. É necessário também cruzar todos os mapas construídos de forma a conferir todos os valores mantendo assim uma prestação coerente e fidedigna.

Demonstrações financeiras

Balanço

O Balanço representa a situação financeira da Autarquia e é composto pela Ativo, Património Líquido e Passivo.

Este mapa foi elaborado fazendo um levantamento do saldo final das contas do ativo e do passivo.

Demonstração dos Resultados por Natureza

A elaboração deste mapa ocorreu fazendo uma conferência dos gastos e rendimentos existentes de forma a validá-los e a inserir no mapa.

É interessante relatar que apesar de o resultado líquido da entidade ser negativo, isto não significa que a entidade tenha tido um *cash flow* negativo. Um resultado líquido negativo não implica fluxos financeiros, ou seja, não está relacionado com dívida, mas com gastos e rendimentos, que nem sempre são despesa ou receita. O gasto não implica apenas dinheiro a sair da tesouraria, mas englobam uma quantidade de situações como, por exemplo, as amortizações do exercício e depreciações dos bens. A entidade compreende um vasto património que tem um peso muito grande no balanço e todos os anos há depreciações e amortizações que têm de ser registadas. Esta parte de gastos tem uma influência muito grande no resultado líquido negativo.

Análise à evolução das contas

Analisando os mapas do Balanço e Demonstração de Resultados por Natureza desde 2017 a 2021, representados no anexo, chegamos a algumas conclusões relativamente à evolução das contas da entidade.

Entre 2017 e 2019, o resultado líquido sofreu várias oscilações aumentando exponencialmente de 2017 para 2018 e diminuindo de 2018 para 2019. Este comportamento é explicado devido a um perdão de parte da dívida consolidada no valor de 7.341.071,70€.

Com a adoção do SNC-AP em 2020 verificaram-se alterações nas contas da entidade.

Em 2020 houve um aumento das propriedades de investimento devido à aplicação do método de equivalência patrimonial previsto no SNC-AP. À luz do POCAL as propriedades de investimentos eram mensuradas ao preço de custo. Ainda em 2020 registou-se um aumento de gastos de depreciação e amortizações pois o Classificador Complementar do SNC-AP veio reduzir a vida útil de alguns ativos.

Em 2021 constamos um aumento da rubrica “Participações Financeiras” em sequência da contabilização da participação da entidade na empresa STCP EM SA, valorizada pelo método de equivalência patrimonial. Esta operação teve impacto também nas rubricas “Ajustamentos em Ativos Financeiros” e “Outras variações do Património Líquido”.

Por fim, ainda em 2021, as rubricas “Fornecimento e serviços externos” e “Transferências e Subsídios concedidos” sofrem aumentos devido aos encargos assumidos no âmbito de apoio à comunidade, quer a nível social quer a nível económico.

Demonstração das Alterações no Património Líquido

Após uma conferência e validação da Classe 5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados foi elaborado o mapa em anexo.

Anexos às Demonstrações Financeiras

Os anexos às demonstrações financeiras contêm informação mais detalhada, nomeadamente relativa às principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros, aos ativos fixos tangíveis e intangíveis, aos custos dos empréstimos obtidos, propriedades de investimento e outras divulgações.

Os ativos fixos tangíveis, intangíveis, propriedades de investimento e participações financeiras foram mensurados pelo seu custo. As participações em associadas controladas da Entidade estão mensuradas por recursos ao método da equivalência patrimonial.

Nos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis foi feita uma análise relativamente à sua quantia escriturada e variações do período.

Em todos os mapas elaborados para a prestação de contas foi sempre feita uma validação das contas e uma confrontação entre todos os mapas para confirmar que todos os valores estavam corretos e que o cruzamento da informação estava completamente exato.

Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano representam o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, fazendo parte da sua composição o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR). O PPI representa a despesa de investimento e as AMR representam as despesas correntes.

Fazendo uma análise aos últimos cinco anos chegámos à conclusão que a parte mais significativa da afetação das despesas das GOP, em todos os anos, dá-se nas funções sociais, despesas no âmbito da Educação, Ação Social, Recreio e Lazer e Resíduos Sólidos. Sendo um dos objetivos e deveres fundamentais de uma entidade pública servir a sua população e proporcionar melhores condições de vida aceitámos o facto das Funções Sociais serem a classificação funcional com uma maior despesa.

Contas Consolidadas

A consolidação das contas tem como objetivo apresentar, de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo municipal, visto num todo, expurgando os efeitos das transações Intra grupo e eliminando os saldos recíprocos entre as várias entidades que o integram.

A entidade consolida contas com a Vallis Habita – Sociedade Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais de Valongo, EM, da qual detém 100% e com a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, pois esta deixou de ser uma empresa integrante do setor empresarial do Estado e passou a ser uma empresa local, incluindo assim no perímetro de consolidação do Grupo Municipal de Valongo.

A Vallis Habita, EM segue o método de consolidação integral aplicando assim a NCF 22 e a STCP segue o método de equivalência patrimonial aplicando a NCF 24.

Todos os documentos/mapas necessários para a elaboração das contas consolidadas foram elaborados com o cuidado de expurgar as transações Intra grupo.

Após uma cuidadosa análise aos movimentos efetuados entre as entidades chegámos à conclusão de que os valores a serem expurgados seriam os representados na imagem abaixo.

Ajustamentos de consolidação	Valores 2021
Participação Financeira do Município na Vallis Habita	19 432 977,20
Prestação de serviços paga pelo Município à Vallis Habita	327 491,82
Pagamento do Município realizado em 31/12/2020 registado pela Empresa em 2021	32 793,43
Distribuição de dividendos da Vallis Habita ao Município	8 950,25

Figura 5 - Tabela de valores a serem expurgados
Fonte: autoria própria

Posto isto, anulámos estas transações Intra grupo e procedemos à elaboração dos mapas onde agregamos as contas das entidades de modo a providenciar uma situação financeira apropriada do grupo.

Submissão dos documentos ao Tribunal de Conta

Após toda a validação dos documentos necessários para a prestação de contas, prosseguimos com a sua submissão no *site* do Tribunal de Contas. Encontrámos algumas dificuldades neste ponto pois muitas vezes os documentos não eram carregados devido a falhas informáticas. Depois de corrigida esta inconveniência, conseguimos submeter toda a documentação. Após a validação feita pelo Tribunal de Contas e Ministério das Finanças deparamo-nos com algumas incoerências nos mapas. Após todo o cruzamento de dados feito, a informação de alguns mapas não correspondia exatamente com outros. Assim sendo, procedemos à vistoria dos erros apresentados pelo Tribunal de Contas e procedemos à sua retificação.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

Conclusões

Este relatório de estágio contribuiu para o nosso crescimento a nível profissional, pessoal e académico.

Sendo a nossa primeira experiência profissional sentimos algumas dificuldades iniciais ao ajustarmo-nos à realidade laboral e aos *softwares* utilizados para a prática da contabilidade existente na entidade. Rapidamente ultrapassamos estas dificuldades e entramos em ordem com toda a dinâmica laboral existente na entidade.

Durante o nosso estágio conseguimos aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos e conseguimos contribuir de forma positiva para a realização de todas as tarefas que nos foram propostas. Sendo a preparação e elaboração do Relatório e Contas a tarefa mais exaustiva durante o estágio consideramos que fomos uma mais valia para a elaboração do mesmo. Enfrentamos várias dificuldades que nos puseram à prova a nível de conhecimentos contabilísticos, no entanto, foram estas mesmas dificuldades e a sua superação que nos enriqueceram tanto a nível profissional como a nível de realização pessoal. Todas as funções executadas demonstram a formação e conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado em Contabilidade e Finanças.

Tentamos neste relatório ser o mais específico possível ao detalhar as atividades do estágio e efetuar uma revisão de literatura adequada aos temas inerentes às tarefas desenvolvidas.

Em suma, o relatório expõe todas as atividades realizadas nos diferentes módulos de contabilidade existente na entidade. Consideramos que este relatório foi o início de uma longa aprendizagem que temos para a frente, na certeza que fomos profissionais e eticamente corretos em toda a duração do estágio.

Sugestão

A única sugestão que podemos oferecer diz respeito à contabilidade de gestão existente na entidade.

No decorrer deste estágio e, como já referido neste relatório, constatamos algumas lacunas relativamente a bens e serviços que tinham um custo/hora elevadíssimo sem terem horas de utilização que justificassem estes valores.

Posto isto, sugerimos uma ação de sensibilização a todos os departamentos da entidade acolhedora para que os seus *inputs* sejam inseridos de uma forma séria e verdadeira de forma a retratar o verdadeiro custo/hora de um bem ou serviço. Fazendo assim com que a informação retirada da contabilidade de gestão se aproxime o mais possível da realidade.

Referências Bibliográficas

- Almeida, R. H. D. G. (2017). *A adoção de uma nova reforma da contabilidade pública em Portugal: estudo de caso em algumas entidades piloto* (Tese de Doutoramento).
- Araújo, J. F. F. E., & Branco, J. F. A. (2009). Implementing performance-based management in the traditional bureaucracy of Portugal. *Public Administration*, 87(3), 557-573.
- Bartholomew, E., Gold, J., Pitts, D. G., & Pollack, L. (2018). Financial Economics Principles Applied to Public Pension Plans. Investment Symposium 2015, Society of Actuaries
- Bilhim, J. (2004). A governação nas autarquias locais. *Inovação e governação nas autarquias I*.
- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Porto: SPI- Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Carvalho, A. C. P., & Carreira, J. (2016). Considerações sobre o impacto do novo modelo contabilístico (SNC-AP) nas contas das autarquias locais. *XVII Encuentro AECA*, disponível em <http://www.xviiencuentroaeca.ipb.pt/docs/artigos/59f.pdf>
- Carvalho, M. F. D. (2010). *A governação local no Algarve no contexto de financiamento e responsabilidades* (Master's thesis).
- Castro, J. K. R. S. (2019). *A Transição para o SNC-AP: Estudo de Caso SASUC* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra).
- Catarino, J. R. (2019). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. 5ª edição. Coimbra: Almedina.
- Cerca, I. M. L. O. (2007). *Poder Local e Educação: Que relação? – A Descentralização de Competências Educativas para o Poder Local*. Coimbra: FEUC. (dissertação de mestrado).
- Costa, V. A. (1978). *O poder local e a lei das autarquias*. Nação e Defesa.
- Dalton, H. (2013). *Principles of public finance*. Routledge.
- Decreto Lei nº 192/2015

- Felício, T., Samagaio, A., & Rodrigues, R. (2021). Adoption of management control systems and performance in public sector organizations. *Journal of Business Research*, 124, 593-602.
- Fernandes, A. T. (2017). Poder autárquico e poder regional. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 3.
- Franco, António L. de Sousa, (1988), *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Livraria Almedina, Coimbra.
- Frow, N., Marginson, D., & Ogden, S. (2010). “Continuous” budgeting: Reconciling budgetflexibility with budgetary control. *Accounting, Organizations and Society*, 35(4), 444-461.
- Furtado, J.R.C., 2009. *Elementos de Direito Financeiro Fórum*, ed., Belo Horizonte
- Gomes, P. S., Fernandes, M. J., & Carvalho, J. B. D. C. (2015). The international harmonization process of public sector accounting in Portugal: the perspective of different stakeholders. *International Journal of Public Administration*, 38(4), 268-281.
- Gomes, P. S., Fernandes, M. J., & Carvalho, J. B. D. C. (2015). The international harmonization process of public sector accounting in Portugal: the perspective of different stakeholders. *International Journal of Public Administration*, 38(4), 268-281.
- Gonçalves, S. M. D. O. (2007). *A consolidação de contas da Administração Pública: enquadramento teórico e análise empírica* (Doctoral dissertation).
- Jordan, H., Neves, J. & Rodrigues, J., 2007. *O Controlo de Gestão: Ao serviço da estratégia e dos gestores 7a ed.*, Lisboa: Áreas Editora.
- Marques, M. D. C. (2003). Tendências recentes de abordagem à contabilidade pública em Portugal. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(31), 96-108.
- Marques, M. D. C. (2018). Public accounting and IPSAS in Portugal: The accounting standardization system for public administrations. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 14(4), 153-164.
- Marques, M. D. C. C., & Marques, J. F. (2021). Accounting and Municipalities Performance: The Case of the Central Region of Portugal. *Insights into Economics and Management Vol. 7*, 140-157.
- Marques, M. D. C. D. C. (2003). Tendências recentes de abordagem à contabilidade pública em Portugal. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14, 96-108.
- Pinto, A., Santos, P. G. D., & Melo, T. J. (2013). Gestão orçamental e contabilidade pública. *ATF–Edições Técnicas*, 5.

Plant, T. (2009). Strategic planning for municipalities: Ensuring progress and relevance. *Performance Improvement*, 48(5),26-35.

Rodrigues, M., & Araújo, F. (2005). A nova gestão pública na governação local. INA.

Vaz, A. (2016). A Contabilidade Pública em Portugal–A Evolução da Contabilidade Pública. Atas do XVII Encontro AECA.

ANEXOS

V. Euros			
Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	226 051 992,48	224 080 024,77
Propriedades de investimento	8	1 584 167,69	1 630 239,89
Ativos intangíveis	3	394 706,39	276 423,32
Participações financeiras		28 530 919,76	21 067 803,27
Diferimentos		1 118,18	0,00
		256 562 904,50	247 054 491,25
Ativo corrente			
Inventários	10	463 130,24	444 638,73
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		16 295,80	3 479,74
Clientes, contribuintes e utentes		1 836 545,18	1 420 836,56
Outras contas a receber		15 426 781,13	15 356 099,93
Diferimentos		60 001,40	50 030,93
Caixa e depósitos	1	7 821 118,90	9 056 044,42
		25 623 872,65	26 331 130,31
Total do Ativo		282 186 777,15	273 385 621,56
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		254 615 826,25	254 615 826,25
Reservas		2 793 499,13	2 793 499,13
Resultados transitados		-39 170 159,04	-36 067 771,43
Ajustamentos em ativos financeiros		2 616 732,40	-19 106,93
Outras variações no Património Líquido		36 407 952,57	27 648 270,24
Resultado líquido do período		-3 294 119,76	-3 102 387,61
Total do Património Líquido		253 969 731,55	245 868 329,65
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	181 846,82	249 846,82
Financiamentos obtidos		20 133 758,79	19 969 821,74
Fornecedores de investimentos		10 455,00	0,00
Outras contas a pagar		832 550,00	780 400,00
		21 158 610,61	21 000 068,56
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00	2 841,48
Fornecedores		102 838,37	55 470,47
Estado e outros entes públicos		3 380,27	3 059,84
Financiamentos obtidos		1 834 880,40	1 888 573,62
Fornecedores de investimentos		36 003,08	1 088,55
Outras contas a pagar		5 077 016,69	4 556 443,65
Diferimentos		4 316,18	9 745,74
		7 058 434,99	6 517 223,35
Total do Passivo		28 217 045,60	27 517 291,91
Total do Património Líquido e Passivo		282 186 777,15	273 385 621,56

Anexo 1 - Balanço 2021/2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	14	24 936 439,73	22 541 081,51
Vendas	13	10 186,08	12 259,31
Prestações de serviços e concessões	13	5 725 151,93	6 138 207,63
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	14	9 654,66	70 900,18
Transferências e subsídios correntes obtidos		20 772 736,62	18 602 005,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-706 849,08	-863 441,65
Fornecimentos e serviços externos		-15 291 368,65	-11 990 892,72
Gastos com pessoal		-18 986 261,54	-17 737 044,25
Transferências e subsídios concedidos		-6 601 913,17	-5 611 823,93
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		13 999,32	8 968,05
Provisões (aumentos/reduções)		-82 000,00	19 665,36
Outros rendimentos		2 237 764,57	2 050 955,36
Outros gastos		-3 215 718,66	-2 381 401,86
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		8 821 821,81	10 859 438,50
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5, 8	-11 933 458,23	-13 528 858,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-3 111 636,42	-2 669 419,58
Juros e rendimentos similares obtidos	7	9,48	0,00
Juros e gastos similares suportados		-182 492,82	-432 968,03
Resultado antes de impostos		-3 294 119,76	-3 102 387,61
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-3 294 119,76	-3 102 387,61

Anexo 2 - DR 2021/2020

Demonstração das Alterações no Património Líquido

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instr. Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financ.	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período		254 615 826,25	0,00	0,00	0,00	2 793 499,13	-36 067 771,43	-19 106,93	0,00	27 648 270,24	-3 102 387,61	245 868 329,65	0,00	245 868 329,65
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 102 387,61	2 635 839,33	0,00	8 759 682,33	3 102 387,61	11 395 521,66	0,00	11 395 521,66
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 847 891,38	0,00	3 847 891,38	0,00	3 847 891,38
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 102 387,61	2 635 839,33	0,00	4 911 750,95	3 102 387,61	7 547 630,28	0,00	7 547 630,28
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 294 119,76	-3 294 119,76	0,00	-3 294 119,76
Resultado Integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 102 387,61	2 635 839,33	0,00	8 759 682,33	-191 732,15	8 101 401,90	0,00	8 101 401,90
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período		254 615 826,25	0,00	0,00	0,00	2 793 499,13	-39 170 159,04	2 616 732,40	0,00	36 407 952,57	-3 294 119,76	253 969 731,55	0,00	253 969 731,55

Anexo 3 - Demonstração das Alterações ao Património Líquido 2021

Quadro 8 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	transf. internas	Reval. oriz.	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Depreciação período	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	88 104 165,23	766 488,02	1 276 851,17	0,00	0,00	0,00	-8 188 591,62	-1 536,39	81 957 371
Terrenos e recursos naturais	29 854 568,64	672 724,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 527 29
Edifícios e outras construções	1 959 912,37	23 841,63	94 259,76	0,00	0,00	0,00	-79 950,47	0,00	1 998 06
Infraestruturas	56 062 027,53	69 922,21	1 182 591,41	0,00	0,00	0,00	-8 108 641,15	-1 536,39	49 204 36
Patrimônio histórico, artístico e cultural	227 656,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227 65
Outros ativos fixos tangíveis	135 975 859,54	13 836 264,52	-1 663 559,18	0,00	0,00	0,00	-3 495 516,87	-558 431,94	144 094 611
Terrenos e recursos naturais	13 503 673,81	552 362,98	579,12	0,00	0,00	0,00	0	-268 390,00	13 788 22
Edifícios e outras construções	104 469 522,04	636 184,29	4 699 065,73	0,00	0,00	0,00	-2 767 246,61	-1 060,86	107 036 46
Equipamento básico	2 098 759,18	520 772,74	55 124,50	0,00	0,00	0,00	-447 021,27	-87 029,72	2 140 60
Equipamento de transporte	480 097,91	73 783,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-80 730,85	-3 500,00	469 65
Equipamento administrativo	406 274,12	36 654,97	11 071,17	0,00	0,00	0,00	-156 516,57	-5 674,28	291 80
Outros	171 124,54	17 151,53	0,00	0,00	0,00	0,00	-44 001,57	-629,76	143 64
Ativos fixos tangíveis em curso	11 660 072,60	11 378 403,42	-6 279 568,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-192 147,32	16 566 76
Adiantamentos Ativos fixos tangíveis	3 186 335,34	620 951,00	-149 831,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 657 45
Total	224 080 024,77	14 602 752,54	-386 708,01	0,00	0,00	0,00	-11 684 108,49	-559 968,33	226 051 991

Anexo 4 - Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	transf. internas	Reval. rizações	Reversões perdas	Perdas por imparid.	Amortiz. período	Diminuições	
443 Programas de computador e sistemas de informação	236 738,35	159 752,20	103 154,00	0,00	0,00	0,00	-106 451,93	-72 189,20	321003,42
444 Propriedade industrial e intelectual	39 684,97	7 450,00	26 568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73 702,97
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	276 423,32	167 202,20	129 722,00	0,00	0,00	0,00	-106 451,93	-72 189,20	394 706,39

Anexo 5 - Ativos Intangíveis

Código das contas	ATIVO	Exercícios			
		AB	A/P	AL	2018 AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	8 708 608,05	0,00	8 708 608,05	8 451 618,29
453	Outras construções e infra-estruturas	233 131 499,18	168 733 577,65	64 397 921,53	71 210 155,94
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	24 046 242,10	2 403 854,27	21 642 387,83	21 411 875,87
459	Outros bens do domínio público	458 276,46	68 921,61	389 354,85	395 102,61
445	Imobilizações em curso	5 330 344,74	0,00	5 330 344,74	3 333 566,96
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	1 594 826,97	0,00	1 594 826,97	1 538 744,11
		273 269 797,50	171 206 353,53	102 063 443,97	106 341 063,78
	Imobilizações incorpóreas:				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	436 491,93	436 491,93	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	185 273,04	104 333,40	80 939,64	86 770,29
443	Imobilizações em curso	3 763,80	0,00	3 763,80	3 763,80
		625 528,77	540 825,33	84 703,44	90 534,09
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13 506 902,77	0,00	13 506 902,77	12 703 300,06
422	Edifícios e outras construções	128 712 047,20	20 401 584,17	108 310 463,03	91 903 432,42
423	Equipamento básico	5 333 108,23	3 796 580,05	1 536 528,18	1 006 838,92
424	Equipamento de transporte	1 684 321,73	1 215 285,21	469 036,52	321 470,88
425	Ferramentas e utensílios	124 740,99	111 243,17	13 497,82	17 087,74
426	Equipamento administrativo	4 220 464,19	3 137 084,09	1 083 380,10	764 554,29
429	Outras imobilizações corpóreas	1 068 025,81	636 605,19	431 420,62	419 220,58
442	Imobilizações em curso	4 630 992,96	0,00	4 630 992,96	3 709 468,37
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	33 009,00	0,00	33 009,00	0,00
		159 313 612,88	29 298 381,88	130 015 231,00	110 845 373,26
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	604 980,00	0,00	604 980,00	604 980,00
412	Obrigações e títulos de participação	1 063 953,00	0,00	1 063 953,00	1 063 953,00
		1 668 933,00	0,00	1 668 933,00	1 668 933,00
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	283 199,24	0,00	283 199,24	249 006,24
		283 199,24	0,00	283 199,24	249 006,24
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
211	Clientes c/c	160 179,67		160 179,67	195 065,59
212	Contribuintes c/c	920 702,09		920 702,09	1 209 067,76
213	Utentes c/c	3 040,68		3 040,68	2 797,45
214	Credores de Operações de Tesouraria	33,00		33,00	173,56
218	Clientes, contrib. utentes de cobrança duvidosa	214 321,07	183 677,64	30 643,43	14 827,64
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	3 317,22
262+263+267+268	Outros devedores	15 603,31	5 303,72	10 299,59	7 827,95
		1 313 879,82	188 981,36	1 124 898,46	1 433 077,17
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	6 694 154,44		6 694 154,44	5 396 338,09
11	Caixa	8 613,57		8 613,57	18 868,42
		6 702 768,01		6 702 768,01	5 415 206,51
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	15 294 994,96		15 294 994,96	15 601 646,65
272	Custos diferidos	48 212,53		48 212,53	41 866,98
		15 343 207,49		15 343 207,49	15 643 513,63
	Total de Amortizações		201 045 560,74		
	Total de Provisões		188 981,36		
	Total do Ativo	458 520 926,71	201 234 542,10	257 286 384,61	241 686 707,68

Anexo 6 - Balanço 2019/2018

BALANÇO

Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2019	2018
	Fundos Próprios:		
51	Patrimônio	254 615 826,25	240 288 759,95
	Reservas:		
571	Reservas legais	217 235,31	217 235,31
575	Subsídios	1 496 120,44	1 496 120,44
576	Doações	883 705,38	883 705,38
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	196 438,00	196 438,00
59	Resultados transitados	-54 400 708,75	-61 585 445,20
88	Resultado líquido do exercício	304 269,18	7 184 736,45
	Total dos Fundos Próprios	203 312 885,81	188 681 550,33
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
292	Provisões para riscos e encargos	269 512,18	563 200,00
		269 512,18	563 200,00
	Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:		
2312	Dívidas a instituições de crédito	21 104 069,08	23 034 473,77
26	Outros devedores e credores	780 400,00	59 109,00
		21 884 469,08	23 093 582,77
	Dívidas a terceiros - curto prazo:		
221	Fornecedores c/c	10 222,73	1 001,81
228	Fornecedores - Faturas receção conferência	73 057,72	49 070,68
2312	Dívidas a instituições de crédito	1 930 482,45	2 325 846,39
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	39 667,50
2618	Fornecedores imobilizado - Fac. receção conferência	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	2 991,97	1 779,76
262+263+ 267+268	Outros credores	1 834 028,96	2 032 907,65
		3 850 783,83	4 450 273,79
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2 406 729,04	1 792 105,86
274	Proveitos diferidos	25 562 004,67	23 105 994,93
		27 968 733,71	24 898 100,79
	Total do Passivo	53 973 498,80	53 005 157,35
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	257 286 384,61	241 686 707,68

Abreviaturas:

AB = Ativo Bruto
A/P = Amortizações e provisões acumuladas
AL = Ativo Líquido

Anexo 7 - Balanço 2019/2018

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código das contas		Exercícios			
		2019		2018	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo mercadorias vendidas matérias consumidas	496 435,69	496 435,69	578 244,29	578 244,29
62	Fornecimentos e serviços externos	11 666 293,06		13 974 138,98	
64	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações pessoal	8 653 335,93		8 174 581,22	
643 a 648	Outros	4 471 091,61	24 790 720,60	4 028 839,10	26 177 559,30
63	Transf subsídios correntes conced e prest. sociais	3 956 807,29	3 956 807,29	3 017 078,97	3 017 078,97
66	Amortizações do exercício	10 706 202,52		10 998 056,06	
67	Provisões do exercício	26 687,14	10 732 889,66	328 394,74	11 326 450,80
65	Outros custos operacionais	423 125,73	423 125,73	462 941,21	462 541,21
	(A)		40 399 978,97		41 561 874,57
68	Custos e Perdas Financeiros	240 646,13	240 646,13	289 963,62	289 963,62
	(C)		40 640 625,10		41 851 838,19
69	Custos e Perdas Extraordinários	1 985 879,01	1 985 879,01	1 922 969,04	1 922 969,04
	(E)		42 626 504,11		43 774 807,23
88	Resultado Líquido do Exercício		304 269,18		7 184 736,45
			42 930 773,29		50 959 543,68
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e prestações de serviços	4 028 060,57	4 028 060,57	3 653 875,89	3 653 875,89
72	Impostos e taxas	20 239 148,88		22 977 537,45	
74	Transferências e subsídios obtidos	13 675 839,57		14 253 061,75	
75	Trabalhos para a própria empresa			55 317,21	
76	Outros proveitos operacionais	53 676,38	33 968 664,83	331 332,71	37 617 249,12
	(B)		37 996 725,40		41 271 125,01
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	2 980 028,61	2 980 028,61	2 347 346,97	2 347 346,97
	(D)		40 976 754,01		43 618 471,98
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 954 019,28	1 954 019,28	7 341 071,70	7 341 071,70
	(F)		42 930 773,29		50 959 543,68

Anexo 8 - DR 2019/2018

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	2 613 495,00	1 687 115,00	2 319 423,88	1 572 336,53	1 998 813,76	1 554 267,03
2 Funções Sociais	18 009 055,00	6 478 603,00	15 528 297,27	5 617 014,35	10 271 874,07	5 454 766,64
3 Funções Económicas	4 081 608,00	1 644 836,00	3 428 256,08	1 320 053,08	2 109 174,55	1 307 556,28
4 Outras Funções		1 529 325,00		1 516 891,28		1 505 350,79
Totais	24 704 158,00	11 339 879,00	21 275 977,23	10 026 295,24	14 379 862,38	9 821 940,74
Total GOP's	36 044 037,00		31 302 272,47		24 201 803,12	

Anexo 9 - Estrutura GOP 2021

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	2 815 506,18	1 129 432,00	2 464 641,86	1 000 909,16	2 210 459,16	998 597,51
2 Funções Sociais	13 788 196,39	5 096 634,00	9 139 117,64	4 416 042,99	5 445 234,91	4 157 366,16
3 Funções Económicas	2 617 950,00	1 448 801,00	1 622 669,86	1 030 222,39	741 831,42	1 030 222,39
4 Outras Funções	59 109,00	1 470 825,00	59 108,50	1 469 590,17	59 108,50	1 469 590,17
Totais	19 280 761,57	9 145 692,00	13 285 537,86	7 916 764,71	8 456 633,99	7 655 776,23
Total GOP's	28 426 453,57		21 202 302,57		16 112 410,22	

Anexo 10 - Estrutura GOP 2020

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	2 103 142,00	997 708,00	1 131 868,64	918 002,97	814 794,57	915 268,13
2 Funções Sociais	14 993 954,00	4 468 705,00	11 714 619,70	4 329 514,12	9 127 682,76	4 184 865,49
3 Funções Económicas	1 290 430,00	1 157 127,00	948 978,84	1 150 048,67	799 208,00	1 150 047,67
4 Outras Funções	118 217,00	1 242 325,00	118 217,00	1 223 482,60	118 217,00	1 223 482,60
Totais	18 505 743,00	7 865 865,00	13 913 684,18	7 621 048,36	10 859 902,33	7 473 663,89
Total GOP's	26 371 608,00		21 534 732,54		18 333 566,22	

Anexo 11 - Estrutura GOP 2019

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	929.636,50	706.463,00	680.979,87	610.504,58	560.447,12	609.505,34
2 Funções Sociais	14.009.262,00	4.193.764,00	11.171.192,64	3.980.010,38	7.191.056,39	3.894.765,76
3 Funções Económicas	1.348.400,00	792.827,00	1.266.373,03	535.311,37	893.700,48	535.311,37
4 Outras Funções	177.325,50	1.198.240,00	177.325,50	1.087.509,71	177.325,50	1.087.509,71
Totais	16.464.624,00	6.891.294,00	13.295.871,04	6.213.336,04	8.822.529,49	6.127.092,18
Total GOP's	23.355.918,00		19.509.207,08		14.949.621,67	

Anexo 12 - Estrutura GOP 2018

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	815.618,00	570.786,00	583.446,64	523.764,60	583.446,64	523.420,22
2 Funções Sociais	6.171.173,15	3.356.791,00	4.794.255,70	3.222.336,66	2.478.351,76	3.180.688,68
3 Funções Económicas	1.786.482,00	161.183,00	1.492.547,73	62.788,04	1.098.506,10	62.788,03
4 Outras Funções	236.434,00	1.130.700,00	236.434,00	1.127.353,89	236.434,00	1.127.353,89
Totais	9.009.707,15	5.219.460,00	7.106.684,07	4.936.243,19	4.396.738,50	4.894.250,82
Total GOP's	14.229.167,15		12.042.927,26		9.290.989,32	

Anexo 13 - Estrutura GOP 2017